

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS – CAHL
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

JUCILENE VIANA JOVELINO

**CONSELHO QUILOMBOLA DA BACIA E VALE DO IGUAPE: FORMAÇÃO E
GESTÃO DEMOCRÁTICA**

NOTA TÉCNICA

Cachoeira - BA

2022

JUCILENE VIANA JOVELINO

CONSELHO QUILOMBOLA DA BACIA E VALE DO IGUAPE: FORMAÇÃO E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso no formato de produto tecnológico - nota técnica e documentário (curta metragem) - apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientação: Prof^a Dr^a. Ivana Tavares Muricy

Cachoeira

2022

JUCILENE VIANA JOVELINO

CONSELHO QUILOMBOLA DA BACIA E VALE DO IGUAPE: FORMAÇÃO E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso no formato de produto tecnológico (nota técnica e documentário curta metragem) apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública

Aprovado em ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Ivana Tavares Muricy UFRB (orientadora)

Prof. Dr^a Mariana Balen Fernandes UFRB

Prof. Dr. Cláudio Orlando Costa do Nascimento.UFRB

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus e aos meus guias espirituais por chegar ao final desta etapa. Agradeceu toda minha família pelo apoio, em especial a minha mãe Juvani Viana e meu Pai Raimundo Jovelino, que com muito amor e carinho me conduziram a esse processo e me deram todo apoio necessário para que eu continuasse firme e forte no meu objetivo. Ao meu tio Ananias por ser minha fonte inspiradora. Desde os doze anos, transformou minha jornada nas caminhadas das garantias de direitos das comunidades quilombolas do Iguape, peça fundamental para a escolha do curso de gestão pública. Às minhas irmãs Rosane, Rosangela, Adriana e Ângela Crispina, por suportarem meus nervosos e serem parceiras na construção das atividades. Às minhas tias que sempre me criaram como filhas, contribuindo com o meu desenvolvimento e aprendizagem. Ao meu colega professor Manoel que tanto contribui na caminhada até a universidade. As lideranças do Conselho Quilombola que desde o início foram parceiras sempre disponíveis a contribuir e são fontes de inspiração para esse tema. À minha orientadora Dr^a. Ivana Tavares Muricy por me aturar nessa jornada final, contribuindo com meu desempenho com muito carinho e atenção. A todos os demais professores que participaram do processo de formação. Aos amigos que são parte fundamental nas nossas vidas acadêmicas, Gilvan, Naiara, Hibelle, Felipe, Michele (equipe inseparável), que foram um dos pilares para minha caminhada, presentes em todos os momentos. Aos colegas que participaram dessa etapa da vida, uns com mais intensidade e outros menos, mas todos importantes nesse processo. Aos jovens do Ponto de Cultura Expressão Cidadania Quilombola, não tenho palavras para agradecer a vocês pela parceria, muitas bênçãos nas suas caminhadas. Enfim, a todos que contribuíram direta e indiretamente com a minha chegada até aqui, o meu muito obrigado.

Resumo

Este estudo teve como proposta discutir sobre a formação, gestão e ações do Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape. A ideia foi desenvolver um documentário com base em entrevistas semiestruturadas com os membros que participaram da formação do Conselho, na análise de documentos do Conselho e na participação nas reuniões do Conselho. A pesquisa também envolveu a análise de conteúdos na internet sobre quilombos e de decretos e leis que reconhecem os direitos das comunidades quilombolas. Buscou-se desenvolver uma análise sobre os quilombos considerando as determinações históricas, políticas e socioculturais da sociedade, bem como as lutas dos movimentos sociais. Desta forma, o trabalho tem a intenção de demonstrar a importância da participação social como mecanismo para a construção da democracia e do fortalecimento da luta coletiva.

Palavras-chave: Quilombo; Democracia; Participação; Identidade; Luta; Coletivo;

SUMÁRIO

I.INTRODUÇÃO-----	7
Objetivo Geral-----	9
Objetivo Específicos-----	9
II. O CONSELHO QUILOMBOLA DA BACIA E VALE DO IGUAPE-----	10
III. QUILOMBO: CONCEITOS, LUTAS E DESAFIOS ENFRENTADOS-----	14
IV. METODOLOGIA-----	19
V.BREVE DESCRIÇÃO DA PROPOSTA DO TRABALHO-----	22
Público-alvo do produto-----	23
Personagens-----	23
Duração-----	23
Divulgação -----	24
Orçamento -----	24
Roteiro -----	26
VI. REFERÊNCIAS-----	28

INTRODUÇÃO

O Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, desde sua formação, tem o objetivo de proporcionar trocas de experiências, dialogar mobilizar e buscar políticas públicas para as comunidades quilombolas.

Desde sua formação, o Conselho Quilombola vem se reunindo de forma rotativa uma vez por mês em cada comunidade. Durante toda sua caminhada vem formando lideranças para garantir o processo de mobilização e articulação em todos os espaços de reivindicações.

Ao longo do tempo foi notável perceber que muitas lideranças envelheceram e como a dificuldade no corpo para realizar grandes movimentos e enfrentar as longas distâncias para se locomover de uma comunidade para outra, foi visível a percepção da queda do número de participantes nas reuniões.

É importante pontuar que, mesmo com os avanços e conquistas, principalmente, voltadas para juventude, foi um público que ao longo do tempo vem sendo beneficiado, mas não se atentou para conhecer a história de luta do Conselho Quilombola, dada a importância da participação para formação de novas lideranças assim como para o fortalecimento do coletivo.

Conhecer a história do Conselho Quilombola é de fundamental importância, não só para as lideranças, mas para todos os filhos e netos de escravizados nos engenhos em cada comunidade quilombola. Tal conhecimento, é fundamental na busca pelos direitos que ao longo do tempo nos foi negado e para entender que a luta democrática traz conhecimento e aprendizagem.

Registrar o processo de formação, gestão e ações do Conselho Quilombola para mim vai muito além de honrar a história. Nascida e criada no território do Iguape, conheci desde criança as dificuldades e a falta de acesso às políticas públicas. Filha de uma mulher guerreira, que acredita no poder da fé espiritual e na arte como transformação e desenvolvimento através da juventude, que nos ensinou desde cedo o poder da união.

Iniciei a minha carreira liderando aos quatorze anos de idade a companhia de dança Quilombola da Bacia e Vale do Iguape. Aos dezoito anos assumi a coordenação executiva do Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape, organização fundada pelos jovens da companhia de dança, e que solicitou junto à Fundação Cultural Palmares as certidões quilombolas das 18, as quais agora compõem o Conselho Quilombola do Vale e Bacia do Iguape.

Quantos caminhos traçamos até a formação do Conselho Quilombola, que emoção receber a primeira certidão quilombola. Dias de fome, sede, frio, muitas horas andando de uma ponta a outra do território da Bacia do Iguape, reunidos em cada comunidade, ouvindo os anseios de um povo sofrido, transmitindo nas palavras a vontade de lutar.

Ao ingressar no curso superior de gestão pública e vivenciar durante o percurso acadêmico experiências teóricas, percebi que meu objetivo, minha responsabilidade era muito além da vida acadêmica. Mulher preta, quilombola, que carrega até os dias atuais a profissão das suas ancestrais marisqueira com muito orgulho, não iria estar no espaço acadêmico sem um propósito, os parceiros espirituais, ancestrais nos conduzem nas caminhadas.

As lutas, as vivências, os parceiros espirituais me motivaram a escolher esse tema. Orgulho-me de hoje registrar a história e fazer parte de cada momento, construído de forma coletiva com respeito e autonomia, enfrentando momentos difíceis na busca de melhorias. Lágrimas vêm aos olhos, tomada pela emoção, ao lembrar da dura jornada, dos parceiros que junto lutaram e deixaram para nós suas contribuições.

Nesse sentido, acredito ser importante documentar o processo de formação, gestão e ações do Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, buscando conscientizar os moradores/beneficiários, da importância de fortalecer cada vez mais a participação nas reuniões e atividades desenvolvidas pelo conselho.

Objetivo geral

Registrar a história do Conselho quilombola da Bacia e Vale do Iguape no intuito de contribuir para o aumento da participação dos moradores nas atividades do conselho.

Objetivos específicos

Conhecer o processo de formação e gestão do Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape;

Identificar as ações desenvolvidas pelo Conselho quilombola da Bacia e Vale do Iguape;

Mostrar a importância da valorização da cooperação, participação e interação da população local junto ao Conselho Quilombola.

II. O Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape.



O Conselho Quilombola é uma organização civil, registrada juridicamente, para a consecução de suas finalidades como organização de luta e conquistas, na busca de articular, mobilizar, organizar, apoiar ou executar ações e projetos com base nos princípios da justiça e igualdade étnico-racial, autonomia, coletividade, participação e respeito às diversidades.

Fundado em 8 de julho de 2005, o Conselho reúne as 18 comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape, localizadas no município de Cachoeira/Bahia, no entorno da Baía do Iguape. Hoje tem acento no Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape as comunidades: Kaonge, Kalemba, Kaimbongo, Kalolé, Dendê, Imbiara, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Engenho da Vitória, Tombo, Engenho Novo, Engenho da Cruz, Motecho, Acutinga, Tabuleiro da Vitória, Santiago do Iguape, São Francisco do Paraguaçu e Brejo da Guaíba.

Essas comunidades ocupam a região desde os tempos do Brasil Colônia, tendo sido formadas por negros escravizados dos engenhos e fazendas de cana de açúcar da região. Atualmente, constituem-se em territórios quilombolas certificados pela Fundação Cultural Palmares.

A organização coletiva, a democracia participativa das comunidades quilombolas foi um ponto central para garantia constitucional de seus direitos. Nessa perspectiva, o Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, uma organização civil, registrada juridicamente, sem fins lucrativos, que não faz

distinção de cor, raça, sexo, ideologia ou político-partidária tem na presença dos seus representantes o poder da luta e resistência.

A organização possui sede na comunidade quilombola do Kaonge. É regida por estatuto e pelas normas legais pertinentes e tem por objetivo defender os direitos das comunidades, garantir a permanência e integridade de seus territórios, bem como uma vida digna, saudável preservando a harmonia com o meio ambiente.

A gestão do Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape é feita pelos moradores das comunidades, tendo em sua formação 4 representantes por comunidade, sendo escolhido pela comunidade duas mulheres e dois homens dois jovens e dois idosos. Se reúnem uma vez por mês em cada comunidade e se necessário extraordinariamente.

De acordo com o regimento interno do Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, o processo de organização social e política das comunidades quilombolas é um instrumento para conquista de seus direitos sociais, fundamentais para o exercício da cidadania, como educação, saúde, moradia, lazer, alimentação, acesso a terra, entre outros direitos negados historicamente. Esses direitos são fundamentais para garantir o desenvolvimento, a autonomia e a promoção do bem-estar e devem ser assegurados a todos, sem preconceito ou qualquer outra forma de discriminação.

Segundo o regimento interno, o Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape é uma rede organizada pelas comunidades quilombolas para proporcionar o diálogo, a troca de experiências entre as comunidades e pressionar os poderes públicos em relação a suas demandas. O Conselho tem como objetivo reunir todas as comunidades quilombolas da região, mobilizar as demandas das comunidades para o processo de luta, regularização fundiária, acesso a políticas públicas e articulação com outros movimentos sociais.

Uma das ações do Conselho é a criação dos núcleos produtivos nas comunidades quilombolas, azeite de dendê, apicultura, ostreicultura, artesanato, licor, frutas chips, turismo comunitário, esses núcleos vêm gerando renda, importante para manter as comunidades.

Assim sendo, o reconhecimento do direito dos quilombolas à sua terra está associado ao direito de sua própria existência como ser social e sujeito de direito. Portanto, é importante para o Conselho Quilombola lutar pela preservação cultural e organização social específicas das comunidades quilombolas do Iguape, entendendo como necessárias para a sua reprodução física, social, econômica e cultural, incluindo não só a área destinada à moradia, mas também aquela reservada ao cultivo de suas formas produtivas, manejo agroflorestal, entre outras práticas tradicionais. Desse modo, o objetivo da titulação da propriedade é, principalmente, concretizar os direitos humanos e fundamentais e a cidadania dessas comunidades.

III. Quilombos: conceitos, lutas e desafios enfrentados.

Esse estudo se propôs a resgatar a história de formação, gestão e ações do Conselho quilombola da Bacia e Vale do Iguape. O intuito foi contribuir para o aumento da participação dos moradores, buscando demonstrar a importância da participação social como mecanismo para a construção da democracia e crescimento da luta coletiva dialogando sobre os conceitos de lutas e resistências.

A palavra “quilombo”, que em sua etimologia Bantu quer dizer acampamento guerreiro na floresta, foi popularizada no Brasil pela administração colonial, em suas leis, relatórios, atos e decretos para se referir às unidades de apoio mútuo criadas pelos rebeldes ao sistema escravista e às suas reações, organizações e lutas pelo fim da escravidão no País (BOAVENTURA,2008). A palavra quilombo teve também um significado especial para os libertos, em sua trajetória, conquista e liberdade, alcançando amplas dimensões e conteúdos, como as legislações, decretos, reconhecimentos, certificações, através das lutas coletivas.

O conceito de quilombo, a partir de uma visão ampla das origens e histórias desses grupos, define que os remanescentes de quilombo são “associados com as ‘terras de preto’ ou ‘território negro’, enfatizando a condição de coletividades camponesas, definida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade. (UNIVAR,2009, p 24).

Para além do conceito de quilombo, é importante mencionar o decreto nº 4.887/2003 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas. De acordo com o artigo 2º desse decreto, são considerados remanescentes das comunidades dos quilombos:

os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (Lei 4.887/2033, Art.2º).

Em 1740, reportando-se ao rei de Portugal, o Conselho Ultramarino valeu-se da seguinte definição de quilombo: *“toda habitação de negros fugidos, que passem*

de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões neles” (www.itesp.sp.gov.br)¹.

Esta caracterização descritiva perpetuou-se como definição clássica do conceito em questão e influenciou uma geração de estudiosos da temática quilombola até meados dos anos 70, como Artur Ramos (1953) e Edson Carneiro (1957).

O traço marcadamente comum entre esses autores atribui aos quilombos um tempo histórico passado, cristalizando sua existência no período em que vigorou a escravidão no Brasil, além de caracterizarem-nos exclusivamente como expressão da negação do sistema escravista, aparecendo como espaços de resistência e de isolamento da população negra.

No entanto, foi a produção científica ainda atada a exegeses restritivas e pouco plásticas que subsidiou a luta política em torno das reivindicações da população negra que, sofrendo expropriações incessantes, se colocava como um segmento específico no palco dos movimentos sociais. Desta forma, a denominação quilombo se impôs no contexto da elaboração da Constituição Federal de 1988.

A visão reduzida que se tinha das comunidades rurais negras refletia, na verdade, a “invisibilidade” produzida pela história oficial, cuja ideologia, propositadamente, ignorava os efeitos da escravidão na sociedade brasileira (GUSMÃO, 1995).

Kabengele Munanga, ao recuperar a relação do quilombo com a África, afirma que o quilombo brasileiro “é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstituído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontravam todos os oprimidos”(MUNANGA 1995/6: 57-63)

Almeida (1999:14-15) afirma que com os instrumentos da observação etnográfica:

se pode reinterpretar criticamente o conceito e observar que a situação de quilombo existe onde há autonomia, existe onde há uma produção autônoma que não passa pelo grande proprietário ou pelo senhor de escravos como mediador efetivo, embora simbolicamente tal mediação possa ser

estrategicamente mantida numa reapropriação do mito do “bom senhor” tal como se detecta hoje em algumas situações de aforamento.

É notável perceber como os autores definem os quilombos e os remanescentes de quilombos como terra de preto ou território negro, mas a partir da promulgação da Constituição e do Artigo 68 foi possível levantar uma discussão sobre o conceito de quilombo baseando-se em um discurso técnico e acadêmico.

Assim, em consonância com o moderno conceito antropológico, a condição de remanescente de quilombo é também definida de forma dilatada e enfatiza os elementos identidade e território. Com efeito, o termo em questão indica: a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico. (SCHMITT, MANZOLI, CARVALHO, 2003)

O conceito de pertença a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais os quilombolas se confrontam e se relacionam. (GUSMÃO, op.cit.:14)

Se, por um lado, temos território constituindo identidade de uma forma bastante estrutural, apoiando-se em estruturas de parentesco, podemos ver que território também constitui identidade de uma forma bastante fluída, levando em conta a concepção de F.Barth (1976) de flexibilidade dos grupos étnicos e, sobretudo, a idéia de que um grupo, confrontado por uma situação histórica peculiar, realça determinados traços culturais que julga relevantes em tal ocasião é o caso da identidade quilombola, construída a partir da necessidade de lutar pela terra ao longo das últimas duas décadas.

Boaventura Santos ao relacionar identidade e questões de poder, nos lembra que quem é obrigado a reivindicar uma identidade encontra-se necessariamente em posição de carência e subordinação. É nesse contexto historicamente desfavorável no que diz respeito às relações de poder, que comunidades quilombolas vêm lutando pelo direito de serem agentes de sua própria história.

Inscrito no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o artigo 68 enfrentou grandes opositores na Câmara Federal e no Senado e levou quase 20 anos para ser regulamentado. Em seu texto, lê-se: *“aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”*.

A expressão “comunidade remanescente de quilombos”, no início do processo constituinte, era pouco conhecida. Ela passou a ser veiculada no Brasil principalmente no final da década de 1980 para se referir às áreas territoriais onde passaram a viver os africanos e seus descendentes.

A problemática das terras de quilombos, portanto, foi, a partir de 1988, alvo de atenção e de forte pressão por parte dos movimentos sociais negros, desdobrando-se em várias ações e normas institucionais: administrativas e jurídicas, de âmbito estadual e federal.

Além de descrever um amplo processo de cidadania a luta do movimento social negro veio também sistematizar um conjunto dos anseios por ações em políticas públicas visando reconhecer e garantir os direitos territoriais dos descendentes dos africanos capturados, aprisionados e escravizados pelo sistema colonial português.

Conforme conclui a jurista Elizabeth Rocha (2005), é a partir desse avanço que os legisladores concebem o âmbito normativo do artigo 68, transcendendo o próprio texto constitucional e alcançando desde um decreto-lei a dimensão unitária dos valores que regem a Constituição, que concebe o país como pluriétnico e multicultural. É o Decreto n. 4.887 e 20 de novembro 2003 que dá o passo interpretativo importante de descentralizar as práticas socioculturais negras em sua virtualidade política como marca distintiva.

No seu texto, o Decreto 4887/03 considera remanescentes das comunidades dos quilombos:

Os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (Art.2, Decreto 4.887/2003).

O Decreto 4.887/03 que regulamenta o artigo 68 do ADCT, apresenta outro aspecto inovador se comparado às outras legislações, que é quanto à identificação etno-histórica como critério de identificação do grupo, outorgado pelo artigo 2º, § 1º do Decreto.

Esse decreto regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Neste contexto, os descendentes de africanos, chamados de negros, em todo o território nacional, nos últimos vinte anos, vêm se organizando em associações quilombolas, reivindicando o direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas e cultivadas para moradia e sustento, bem como o livre exercício de suas práticas, crenças e valores considerados em sua especificidade.

O Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, por exemplo, é fundado com o objetivo de defender os direitos das comunidades, garantir a permanência e integridade de seus territórios e uma vida digna, saudável e em harmonia com o meio ambiente. Mas, tudo isto acontece quando entra em cena e é esclarecida a noção de quilombo como forma de organização, de luta, de espaço conquistado e mantido através de gerações.

Na atualidade, as comunidades quilombolas brasileiras são antes de tudo um direito a ser reconhecido e não apenas um passado a ser lembrado.

A capacidade de auto-organização e o poder de autogestão dos grupos para identificar e decidir quem é e quem não é um membro da sua comunidade, mais do que a cor da pele, é o que a lei parece contemplar.

O ato de aquilombar-se, ou seja, de organizar-se contra qualquer atitude ou sistema de opressão passa a ser, portanto, nos dias atuais, a chama reacesa para dar sentido, estimular, fortalecer a luta contra a discriminação e conquistas dos direitos. Vem, agora, iluminar uma parte do passado, aquele que salta aos olhos pela enfática referência contida nas estatísticas nas quais os negros são a

maioria dos socialmente excluídos. Quilombo vem a ser, portanto, o mote principal para se discutir uma parte da cidadania negada.

Portanto, é no intuito de manter essa chama acesa para as lutas e conquistas que o Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, uma associação comunitária, vem obtendo conquistas importantes, consideradas ganhos estruturais para as comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape.

IV. Metodologia

Esse trabalho se inicia em uma reunião do Conselho na comunidade quilombola do Kaimbongo, quando o Senhor Renato liderança local trouxe de forma tão sentimental a ausência dos moradores nas reuniões mensais do conselho. A partir daí encontrei o meu problema de pesquisa.

O primeiro ponto, foi fazer o levantamento de documentos sobre o Conselho, como o estatuto, regimento, atas de reuniões antigas e atuais e dos poucos artigos escritos por pesquisadores para uma revisão de literatura.

A partir daí iniciou-se a pesquisa, com a primeira reunião, em março de 2022, com os jovens do Ponto de Cultura para pensarmos nas etapas de desenvolvimento do documentário.

Em diálogo com os jovens do ponto de cultura, entendemos que o documentário poderia ser desenvolvido partindo da década de 1930 por encontrar lideranças nas comunidades que nasceram neste período.

Na primeira etapa, foi construído um roteiro, no qual foram selecionadas quatorze lideranças de dez comunidades para entrevistas. A seleção dessas lideranças se deu a partir da percepção do índice de participação nas reuniões mensais do conselho, no domínio dos conteúdos abordados, bem como na jornada de participação desde a fundação de acordo aos livros de ata das reuniões mensais. Selecionados também os materiais necessários para gravação: filmadora, máquina fotográfica, triple, transporte e lanche. Também foi decidido em reunião que as gravações aconteceriam até o último sábado de maio, ficando um prazo de dois meses para edição e revisão do documentário.

Dia 28 de abril do mesmo ano, demos início as entrevistas, cinco dias após a data prevista no roteiro, vindo a finalizar em 03 de julho na reunião mensal do Conselho no quilombo Engenho da Cruz, com a entrevista dos parceiros. Vale ressaltar que, esse atraso se deu por conta da pandemia do Coronavírus (COVID-19), na qual tanto eu quanto os jovens do ponto de Cultura e lideranças selecionadas para entrevista foram infectadas.

Para as entrevistas foram elaboradas perguntas de acordo o perfil de cada liderança. Com os atrasos nas entrevistas foi iniciada a edição de acordo a cada entrevista realizada.

Momentos importantes ouvir o relato das lideranças. Que emoção, ouvir Tito do Engenho Novo contar a sua história na luta junto ao Conselho Quilombola. Não posso deixar de pontuar que cada palavra, cada expressão foi trazendo as lembranças das vivências, foi um momento tão emocionante que finalizamos a entrevistas tomadas por lágrimas. o Tito nos fez reviver dificuldades de uma longa jornada. Tito não foi guiado pelas perguntas e, sim, pelas lembranças guardadas em sua memória. Só coração forte de quem não vivenciou para aguentar, como somos fortes em ação e fracos(as) na emoção, chorou Juci, a câmera, o coordenador do ponto de Cultura que nos acompanhou na entrevista.

A partir da primeira entrevista com o Tito, percebemos que nosso roteiro de perguntas não era necessário. Cada liderança foi transmitindo a história com muita responsabilidade, mostrando com fortaleza o poder da união e da valorização de uma identidade construída em coletivo.

A Selma Santos do Engenho da Ponte trouxe um grande relatório vivo na sua memória das histórias da comunidade, das suas vivências e lutas no movimento pelas conquistas e melhorias para as comunidades quilombolas de Cachoeira. Selma trouxe no seu diálogo com tanta fortaleza o início da formação do conselho, suas viagens e dificuldades, chegando a passar fome e a passar mal em alguns momentos.

Ao longo dessa jornada de entrevistas percebemos que as lideranças têm o domínio da história e que cada um narra do seu jeito, com palavras diferentes,

mas que juntando todos os diálogos formam um frase única: “Conselho Quilombola universidade do conhecimento, espaço de luta e resistência.”

É o que traz a Rosane Viana, Quilombola do Kaonge, no seu diálogo relatando desde a escravidão, trazendo afirmação do Conselho, como um espaço de direito, com regimento e organização, na luta pelo acesso a terra que historicamente nos foi negada.

De pose desses materiais. dia quatro de julho sentamos para iniciarmos a etapa final, ouvir cautelosamente cada entrevista já editada para definir quais dados das entrevistas seriam inseridos no documentário. Após essa etapa, o roteiro foi escrito, escolhido música, imagens, textos e áudios. Optamos por não colocar muitos efeitos, juntar as imagens de forma delicada. No dia 17 de julho, foi entregue a primeira prévia do vídeo. Após a revisão e os ajustes realizado, o vídeo foi entregue em 26 de julho de 2022.

V. Breve descrição da proposta de trabalho

Nesse trabalho apresento os resultados da pesquisa com a produção de um documentário. O documentário permitiu a incorporação de diversos recursos, dos saberes e fazeres quilombola que inseridos em uma história apresenta exemplos das lutas diárias das comunidades quilombolas para sua sobrevivência.

Neste documentário, foi realizado um recorte histórico e atual das comunidades. Busquei resgatar o passado das comunidades, mostrando a importância de aumentar o índice de participação dos moradores nas ações desenvolvidas pelo Conselho, mostrando que de forma coletiva é possível garantir um maior desenvolvimento nas comunidades.

A escolha de fazer o documentário sobre o Conselho se deu a partir da percepção de que hoje a maioria das residências nas 18 comunidades quilombola tem acesso à internet e quem não dispõe da internet tem aparelho

celular na residência. Dessa forma, todas as informações circulam de forma rápida alcançando a maioria dos comunitários. Sendo assim, o documentário tem como objetivo difundir a história do Conselho, mostrando a importância da participação, da educação da conquista e, principalmente, da formação de novas lideranças.

Conforme exposto anteriormente, para a realização desse documentário foi desenvolvida uma pesquisa de campo, com a realização de entrevistas semiestruturadas. Também foi realizado o levantamento de documentos do Conselho, tais como estatuto, regimento interno e livro de Ata. Para tanto, foi estabelecida uma parceria com o Ponto de Cultura Expressão Cidadania Quilombola para construção do roteiro, filmagem, edição, participação e registro das reuniões e ações do Conselho, busca de materiais antigos das comunidades, documentários, fotos, entre outros.

Em parceria com Ponto de Cultura Expressão Cidadania Quilombola, construímos o roteiro, a filmagem e a edição das imagens. Mostramos o que mudou com a formação do Conselho e como se dá o processo de gestão, assim como pontuamos as ações desenvolvidas desde sua formação em 2005 até os dias atuais.

Público-alvo do produto

Os moradores das 18 comunidades quilombolas do Iguape.

Personagens

Nesse vídeo documentário, contamos com a entrevista de lideranças das comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape, selecionadas em parceria com os jovens do ponto de cultura Expressão Cidadania Quilombola. Essas lideranças participam do Conselho desde sua formação, assim como fazem parte da gestão.

Foram entrevistadas lideranças de dez comunidades, sendo definido por igual teor de gênero. Para além das lideranças, foi selecionado dois parceiros institucionais para entrevista.

Dessa forma lideranças e parceiros, contribuíram com muito entusiasmo e felicidade com os relatos que nos proporcionaram desenvolver um produto com informações precisas e verdadeiras.

Não foi possível contemplar no corpo do documentário a fala de todas os personagens entrevistadas, mas houve a tentativa de contemplar o máximo possível.

Duração

O vídeo documentário é um vídeo de média metragem. Este é definido pela Agência Nacional do Cinema (ANCINE), no uso da atribuição que lhe confere o capítulo II , cláusula VIII das definições, como uma obra cinematográfica ou videofonográfica de media metragem de duração superior a 15 (quinze) minutos e inferior a 70 (setenta) minutos.

O vídeo documentário apresentado tem 30 minutos de duração. Para produção desse material foram gravadas 96 horas de material bruto, entre entrevistas e fotografias, cada entrevista durou em média duas a quatro horas.

Divulgação

O vídeo documentário será publicado na página institucional da UFRB e das universidades parceiras do Conselho.

Além disso, o documentário irá circular nas comunidades quilombolas, com a exibição em cineclube, assim como será criado um link de acesso ao canal do ponto de cultura no Youtube. Este link possibilitará a circulação via whatsapp nas comunidades quilombolas e fora delas, mostrando para os quilombolas a importância da participação de forma coletiva.

O vídeo documentário assim como a parte escrita do trabalho passará a fazer parte do acervo do Conselho.

Orçamento

Em pesquisa com profissionais de audiovisual para estabelecer um valor de mercado para produção de um documentário de média duração. Os preços mínimos variam de R\$15.000 a R\$ 25.000 para desenvolver as etapas de um documentário, pesquisa, planejamento, argumento, roteiro, filmagem, som, edição, equipamentos.

Por esse valor seria impossível inviabilizar a realização desse produto, uma vez que havia orçamento previsto para isso.

O Ponto de cultura expressão cidadania quilombola foi de fundamental importância nessa jornada, ao estabelecermos uma parceria e desenvolver o produto com baixo custo, com mão de obra voluntária, e uso de equipamentos próprios.

Produto	Valor
Captação de imagens	0,00
Edição	0,00
Equipamentos	0,00
Alimentação	0,00
Transporte	120,00
Total	120,00

Esse valor de 120,00 reais, foi doação dos meus pais para ajudar no traslado de uma comunidade para outra. A alimentação, em cada comunidade que passamos fomos recebidos com lanches, frutas nativas, até com frutas para trazer para casa. Agradeço a parceria do Ponto de Cultura, sem ela seria inviável a realização desse documentário.

Roteiro

A partir das pesquisas sobre o tema, junto com os jovens do Ponto de Cultura, foi desenvolvido o roteiro prévio para gravação das entrevistas com as lideranças.

Definimos com precisão o tema, Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape: formação e gestão democrática. A partir dos objetivos geral e específicos delimitamos as comunidades, as lideranças a serem entrevistadas, horário das entrevistas que não interferisse na rotina diária das comunidades, elaboramos as perguntas, organizamos os equipamentos necessários e as possíveis sugestões de data para entrevistas.

O roteiro ficou organizado da seguinte forma:

Tema: Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape: formação e Gestão democrática.

Comunidades Quilombola envolvidas:

Kaonge, Dendê, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Engenho Novo, Tabuleiro da Vitória, Motecho, Acutinga, Kaibongo Velho, Kalolé, Engenho da Cruz.

Materiais necessários para gravação:

Filmadora, máquina fotográfica, triple, transporte.

Parceria para gravação e edição: Ponto de Cultura Expressão Cidadania Quilombola.

Orientadores do ponto de cultura; vanderson Sales, Jorlane Cabral.

Outros jovens envolvidos: Clara Dianne, Adriana Ferreira, Iasmim Vitoria dos Santos e Anatalia Ferreira.

Ficou decidido em reunião que as gravações aconteceriam até o último sábado de maio, ficando um prazo de dois meses para edição e revisão do documentário.

Entrevistados/ protagonistas:	Quilombo
----------------------------------	----------

01-Ananias Viana	Kaonge
02- Selma Santos	Engenho da Ponte
03- Maria das Graças Brito	Tabuleiro da Vitória
04- Pedro Conceição	Engenho da Praia
05- Nilton Nogueira	Dendê
06- Juvani Viana	Kaonge
07- Elenilson	Engenho Novo
08- Florisvaldo ou Lourival	Kalolé
09- Josélia	Motecho/ Acutinga
10- D. Dinalva e Laelson	Engenho da cruz
11- Rosane Viana	Kaonge

Sugestão: Entrevistar dois participantes assíduos nas reuniões do conselho que não são das comunidades, são parceiros nas ações do Conselho: Fátima Tavares ou Carlos Caruso, pesquisadores (UFBA).

Para além da lista, no decorrer das entrevistas novas lideranças foram incorporadas ao quadro como: Rosângela Jovelino, que traçou o papel do Conselho para ingresso dos alunos quilombola nas universidades públicas; Jorlane Cabral, relatando a importância dos núcleos produtivos para a sustentabilidade local; Luiz Ferreira, uma chamada para a importância da participação; Clara Dianne Nascimento, Levi Viana e Julia Viana, discutindo o papel das crianças nas reuniões mensais do conselho.

Cronograma de gravação

Mês de Abril

Data	Entrevistado	Comunidade
22	Reunião com o ponto de cultura	Kaonge
26	Ananias Viana / Juvani Viana	Kaonge
29	Selma Santos	Engenho da Ponte
30	Edição das imagens	Kaonge

Mês Maio

Data	Entrevistado	Comunidade
03	Maria das Graças Brito	Tabuleiro da Vitória

06	Pedro Conceição	Engenho da Praia
10	Nilton Nogueira	Dendê
13	Elenilson	Engenho Novo
17	Florisvaldo ou Lourival	Kalolé
20	Josélia	Motecho/ Acutinga
24	D. Dinalva ou Laelson	Engenho da cruz
28	Rosane Viana	Kaonge
28	Edição das imagens	Kaonge

Conforme relatado, esse cronograma sofreu modificações de acordo a realidade do momento.

Referências

SCHMITT, Alexsandra. CECOLIA, M.M.T. CARVALHO, M.P.A. Atualização do Conceito de Quilombo: Identidade e Território nas Definições Teóricas. **Ambiente & Sociedade** - Ano V - No 10 - 1o Semestre de 2002.

LEITE, Ilka Boaventura. O Projeto Político Quilombola: Desafios, Conquistaseimpasses. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3): 965-977, setembro-dezembro/2008 977.

C.C, DOS SANTOS, R.V JOVELINO... DESENVOLVIMENTO COMO PRÁTICA DEMOCRÁTICA:-O caso das Comunidades Quilombolas da Bacia • e Vale do Iguape- Bahia Análise & Dados, 2019

LEITE, Ilka Boaventura. "Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas". *Etnográfica*, Lisboa, v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000.

GUSMÃO, N.M. Os Direitos dos Remanescentes de Quilombos *Cultura Vozes*, nº 6. São Paulo: Vozes, Nov/dez de 1995.

ALMEIDA, A.W. Os quilombos e as novas etnias In: LEITÃO (org.) *Direitos Territoriais das Comunidades Negras Rurais*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1999.

MUNANGA, Kabengele. 1995 "Identidade, Cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil". In: QUINTAS, Fátima (org) *O negro: identidade e Cidadania*. Anais do IV Congresso Afro-Brasileiro , Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Editora Massangana.

Anexos

Música de abertura das reuniões do conselho

Forca da paz

Forca da paz;

Que cresça sempre, sempre mais;

Que viva a paz e acabe as fronteiras.

Niro, o niro, o ni.

Algumas perguntas norteadoras da entrevista:

Questões norteadoras da entrevista para Ananias Viana comunidade Kaonge:

1- Qual o nome completo do entrevistado(a)?

2- Comunidade a qual pertence?

3- Como aconteceu o processo de formação do conselho quilombola da Bacia e Vale do Iguape? Data de fundação?

5- como esta organizado a gestão do Conselho?

6- Qual a importância do conselho para o desenvolvimento das comunidades quilombolas de Cachoeira?

7- Você acha que o conselho Quilombola é um espaço de participação social democrática? Porque?

8- Quais as ações desenvolvidas pelo conselho quilombola para o fortalecimento dos quilombos?

9-Para você qual a importância de participar das reuniões e ações do conselho?

10- Qual mensagem vc deixa para os comunitários que não participam das reuniões e ações do conselho, tendo como princípio que a participação coletiva é importante para as conquistas na luta do movimento quilombola?

Alguns personagens entrevistados:



Tito Ferreira nascido e criado na comunidade Quilombola do Engenho novo, agricultor, casado, pai de 5 filhos, assume hoje a coordenação de finanças no Conselho Quilombola.



Rosane Jovelino, filha do quilombo Kaonge, pesquisadora, escritora do livro Poesia Patuá, administradora, especialista em elaboração de projetos, ostreicultora, artesã. Atualmente assume a pasta de Comunicação junto ao Conselho Quilombola.



Luiz Ferreira Bispo, filho do quilombo Engenho da Cruz, agricultor. Assume o conselho fiscal na pasta do Conselho Quilombola.



Jorlane Cabral de Jesus, nascida no quilombo Acutinga, hoje casou-se com um quilombola do Kaonge, onde reside atualmente. Apicultora , ostreicultora, artesã, condutora de turismo local, agente de credito do Banco Solidário Quilombola do Iguape (BSQI).



Selma Silva Santos, marisqueira do quilombo do Engenho da Ponte, Mulher preta apicultora, ostreicultora, artesã, coordenadora de saúde de acordo ao estatuto do Conselho

Juvani Nery Viana, marisqueira, professora aposentada, lalorixa do Terreiro 21 Aldeia de Mar e Terra, liderança na comunidade quilombola Kaonge mãe de 10 filhos.



Ananias Viana ativista quilombola, começa sua história de luta no território quilombola comandando a Companhia de Dança Quilombola da Bacia e Vale do Iguape. Articulador do Conselho quilombolas nas instancias governamentais.